

HISTÓRICO DO *STATUS* TIBETANO

*Victor Ferreira de Almeida*¹
*Yesa Portela Ormond*²

RESUMO

O artigo tem como objetivo delinear as relações sino-tibetanas desde o século VII até a década de 1950 de modo a demonstrar a evolução histórica do *status* tibetano. Através de análises internas e sistêmicas buscou-se elucidar os vários fatores que influenciaram as diferentes formas que estas relações tomaram. Observa-se que de um lado o governo chinês, por meio da experiência das várias dinastias, e também as potências europeias acreditam ter chegado a um consenso sobre esta associação – a supremacia chinesa –, e, apesar de não ser objeto da análise, é importante destacar que a atual posição do governo tibetano no exílio compactua com esta interpretação, propondo um debate a respeito do grau de autonomia a ser concedido ao Tibete.

Palavras-chave: Tibete, China, História das Relações Internacionais, soberania.

ABSTRACT

The article aims to delineate the Sino-Tibetan relations since the 7th century until the 1950s in order to demonstrate the historical evolution of the Tibetan status. Through internal and systemic analysis we sought to elucidate the several factors that influenced the different ways these relations took. It is observed that, on one hand, the Chinese government, through the several dynasties' experience, and also the European powers believe they have reached a consensus about this association – the Chinese supremacy – however, despite not being the object of this analysis, it is important to highlight that the current position of the Tibetan government in exile condones this interpretation, proposing a debate about the degree of autonomy to be granted to Tibet.

Keywords: Tibet, China, History of International Relations, sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

Caracterizado por um clima extremamente diversificado (norte subártico e sul tropical), terrenos díspares (montanhas, desertos, plateaus e planícies), rico em recursos naturais (gás natural, urânio, alumínio, etc), devido à sua extensão de 9.596,961 km² (CIA, the World Factbook), o Estado chinês comporta dentro de si numerosos costumes e valores,

¹ Acadêmico do 5º Semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). e-mail: <victorelfo@me.com>.

² Acadêmica do 7º Semestre de Relações Internacionais na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). e-mail: <ye.sa@hotmail.com>.

ademais de diferenças linguísticas. Suas raízes são extremamente profundas e foram influenciadas pelos fatores geográficos, climáticos e organizacionais decorrentes de sua extensão e antiguidade. O povo advindo da Ásia Interior por várias vezes associou-se à sociedade chinesa e, com isso, adquiriu desta e injetou nesta novas dinâmicas. Analisar a China como unidade é, portanto, apelar ao reducionismo e à generalização.

Os contrastes entre o Norte e o Sul da China são superficiais em comparação com os contrastes entre o nomadismo pastoral dos planaltos da Ásia interior e os vilarejos chineses, que têm por base a agricultura intensiva. A Ásia interior demarca as regiões originalmente não-chinesas em um arco amplo que se estende da Manchúria até a Mongólia e do Turquestão ao Tibete. Em diversos períodos de poder e conquista, o império chinês englobou a Ásia Interior, mais tarde incorporada pela República Popular da China. O povo que habita essa região, como os mongóis, tibetanos e manchus, figuram entre as 55 minorias étnicas que formam a RPC. (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006, p. 39)

A China figurou por um largo período como destaque em âmbito regional e quiçá, mundial, devido à sua organização civilizacional diferenciada, aos seus projetos inovadores nas áreas de ciência e também por sua capacidade de adaptação frente aos desafios impostos não apenas pelos jogos de poder regionais, mas também pela natureza. O Império chinês, devido à sua política de isolamento milenar, julgava-se centro do mundo. No entanto, a partir do século XVI, quando da consolidação e expansão do comércio europeu na Ásia, assistiu-se a decadência chinesa de maneira progressiva; uma verdadeira ocidentalização transformadora que, principalmente no século XIX, interferiu em seus moldes milenares e trouxe à tona a necessidade de elaboração de projetos diferenciados de desenvolvimento.

O Tibete, por sua vez, aqui entendido como região atualmente pertencente ao Estado chinês – também chamado de *teto do mundo* por apresentar a maior altitude dentre todos os locais do mundo (seu ponto mais alto alcança 8850 metros) – faz fronteira com Índia, Mianmar, Butão e Nepal. Contudo, há sérias dificuldades ao tentar-se definir qual seria o território exato tibetano. Enquanto Beijing delimita o Tibete com base na Região Autônoma do Tibete (TAR), os tibetanos, por sua vez acrescem o denominado plateau tibetano, que inclui as áreas não habitadas de Sichuan, Qinghai, Gansu e as províncias Yunnan. (TOPGYAL, 2006, p. 35)

Poucas análises profundas sobre as raízes históricas do embate sino-tibetano, ao menos em línguas ocidentais, são encontradas. É interessante, mas ao mesmo tempo dificultoso, estudar a questão tibetana, uma vez que é necessário lidar com duas visões

conflitantes: uma delas pertencente à China que, a partir da sua interpretação das bases históricas, afirma que esta região é intrínseca ao seu território; já a outra está ligada ao Tibete, que reclama certo grau de autonomia e que sustenta a posição de que, historicamente, apenas manteve frequentes e estreitas relações com as dinastias que se sucederam na China.

Há a necessidade de entender as origens e o desenvolvimento deste embate atentando-se às questões políticas, econômicas, geopolíticas e de identidade nacional. Para isso, perpassa-se por, pelo menos, treze séculos, que vão do início da Dinastia Tang (século VII) até a anexação do Tibete pela República Popular da China (século XX).

De fato, o Tibete manifestou lapsos organizacionais com base no sistema *priest-patron*, ou seja, a política dominante interna, chinesa, mongol e/ou manchu estava atrelada à religião e ao líder religioso, o Dalai Lama tibetano. De acordo com Elliot Sperling (2004), durante os períodos *priest-patron*, o Tibete não estava submetido inteiramente à China, mas apenas mantinha relações estreitas com esta. A situação ganhou outros moldes a partir de 1913, quando o Tibete proclamou sua independência – independência esta *de facto* – e, em 1949, quando o Tibete foi incorporado pela China e o Dalai Lama se tornou refugiado na Índia e passou a exercer seu governo em exílio.

Percebe-se que questão inicial não é se o Tibete faz parte ou não da China, mas se historicamente o foi. Logo, um dos objetivos deste artigo é analisar, por meio de levantamentos bibliográficos, o *status* do Tibete ao longo de sua história e as suas relações fronteiriças ao longo do século XX, período em que o *status* tibetano assumiu a forma considerada atualmente. Além disso, tratar-se-á a anexação feita pela China – e o porquê da mesma – e; por fim, serão expostas as evoluções e retrocessos no que tange às negociações feitas, durante a primeira metade do século XX, entre os envolvidos.

Precedentes históricos do *status* tibetano: da Dinastia Tang a Dinastia Qing

Durante o século VII, com a unificação do Tibete – por meio de Songtsen Gampo³ – e a regência da Dinastia Tang na China, estabeleceram-se as primeiras relações sino-tibetanas. O casamento da princesa chinesa Han Wencheng Kongjo com Songtsen Gampo demarca o início do processo relacional. Cabe ressaltar que, neste período, os casamentos entre

³ Songtsen Gampo foi o 32º governante da Dinastia Yarlung.

diferentes povos, desde que permitidos mutuamente, eram a principal forma pela qual se construía alianças não apenas políticas, mas comerciais e culturais, que no futuro poderiam se tornar mais sólidas, como ocorreu com as relações sino-tibetanas.

Deve-se destacar, ademais, que tanto a Dinastia Tang (chinesa), quanto a Dinastia Yarlung (tibetana) buscavam a expansão e a manutenção de seus respectivos domínios. Logo, devido à proximidade geográfica, predominavam conflitos, relações diplomáticas, alianças e, como já citado, casamentos. “In total 15 military conflicts, 7 ‘sworn treaties’ and two matrimonial alliances were conducted between the two empires.” (PAN, 1992, p.33-39 apud TOPGYAL, 2011). Pode-se afirmar então, que todos estes aspectos relacionais prevaletentes entre os séculos VII e IX demonstraram intercâmbios entre entidades soberanas. No entanto, em 842 d.C., com o assassinato do “último imperador” tibetano, o Império, até então unificado, começou a se desarticular.

Vale ressaltar que, do século X até o século XIII, enquanto havia desequilíbrios internos no Tibete, a dinastia Song era a detentora do poder na China. Nesse período prevaleceu, em ambos, o desenvolvimento cultural em detrimento dos conflitos entre si. Aprimoraram-se diversas áreas, desde a filosófica e religiosa, até a científica.

(...) grandes invenções tecnológicas como a seda, porcelana, comportas de canal, escape de relógio, cadaste de leme, imprensa, pólvora, aiveca de ferro arado, além de outras descobertas inventariadas (...) chegaram ao fim, de modo geral, na época dos Song” (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006, p. 167)

E é por isso que se afirma que não houve nenhum contato profundo, senão um isolamento destas unidades políticas.

(...) a China dos Song coexistia com vários estados periféricos – Vietnã, ao sul, Nan Zhao, ao sudoeste, Tibete, o Tangut Ocidental Xia (Xixia), ao noroeste e o Qidan Liao, ao norte – de maneira que a China encontrava-se, de fato, como assinala diplomaticamente Morris Rassabi (1983), “entre iguais”. (GOLDMAN, FAIRBANK, 2006, p. 115)

Durante a permanência da Dinastia Song, a China assistiu a um verdadeiro paradoxo: a ascensão cultural (ápice civilizacional) e a conquista feita por povos tribais da Ásia Interior. Isso se deu principalmente pela inabilidade ou indisposição de fusão entre o *wen* (erudição) e o *wu* (aparato militar) (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006). Havia, inicialmente, os Qidan, mongóis que “mantiveram por mais de dois séculos (916 -1125) um império [de Liao] sobre

partes do Norte da China, da Manchúria e da Mongólia.” (GOLDMAN, FAIRBANK, 2006, p. 117) Posteriormente, ganharam predominância os Ruzhen, manchus que estabelecem a Dinastia Jin (séculos XI – XIII). Em comparação a estas duas últimas, a Dinastia Yuan foi a que menos permaneceu no poder, cerca de um século (de 1279 a 1368) – em contrapartida, ocupou a maior extensão territorial por fazer parte de um Império maior, o Império Mongol.

Gengis Khan, o unificador mongol, que iniciou suas conquistas em 1206, estabeleceu uma espécie de confederação subdividida em *khanatos* para que seu império fosse administrado de maneira eficiente devido à sua extensão. Estes eram distribuídos entre Pérsia, Rússia Meridional, Ásia Central e Leste Asiático. Foi com Khubilai Khan, seu neto, que, a partir de 1271 estabeleceu-se a dinastia Yuan, dinastia essa que conseguiu ocupar todo o território chinês. O Tibete, neste ínterim, foi submetido ao controle chinês, porém, cabe ressaltar, mais uma vez, que a China estava sob controle do Império Mongol.

A posição Tibetana apresentou-se de maneira peculiar, visto que sua religião, o Lamaísmo, ocupava posição dominante no Império Mongol, sendo declarada como religião oficial. Havia uma ligação direta em forma semelhante à vassalagem. Em outras palavras, os príncipes e lamas pagavam tributos anuais aos mongóis, desde o início do século XIII, e em troca não eram invadidos e destruídos. Ao analisar-se o período, é perceptível que as relações entre os tibetanos e mongóis pré-datam a anexação chinesa. Sua influência religiosa pôde ser vista, deste modo, como utilizada em detrimento da proteção de interesses próprios, uma vez que a religião apareceu durante muito tempo e em vários locais como legitimadora do poder vigente.

Nota-se também que, neste momento, apesar da oficialidade da posse chinesa sobre o Tibete, declarada historicamente, a China não apareceu como uma entidade soberana, senão como uma unidade sob o comando do Império Mongol. Há, na realidade, uma hierarquia na qual a China era apenas um intermediário. É desta maneira que surge um dos questionamentos referentes à legitimidade histórica da anexação oficial tibetana.

Em 1244, um professor Budista Tibetano, Sakya Pandita, foi convidado a fazer parte da corte mongol. Posteriormente, quando Khubilai Khan estava no poder (mas ainda não governava a China Yuan), Dogon Phagpa, sobrinho de Sakya Pandita, foi instituído, em 1264, como governante tibetano. Era uma maneira institucionalizada de se garantir o prestígio mongol em outras extensões. Desenvolveu-se, entre Khubilai Khan e Dogon Phagpa a

denominada relação *priest- patron*, que em uma tradução literal remeteria à relação “religioso – patrão”, ou seja, a subordinação da religião tibetana ao poderio político-militar mongol.

Defende-se o fato de que o Tibete era apenas um Estado vassalo e não parte da China pois, em primeiro lugar, não há comprovações documentais da anexação do Tibete à China Yuan. Porém, cabe ressaltar, que o termo vassalo e, conseqüentemente, o termo suserano, não se referem aos conceitos ligados ao sistema feudal europeu, no qual

(1) the vassal had to perform every year an act of homage and submission to the suzerain; (2) he had to pay a tribute to suzerain; (3) he had to serve the Emperor with his soldiers in times of war and emergency; (4) the suzerainty granted a subsidy or pension to the vassal (NORBU, 2001 p.167)

A respeito do primeiro ponto e do segundo ponto destacados por Norbu (2001), boa parte dos imperadores chineses, em especial os budistas (como os imperadores das dinastias Yuan e Qing), consideravam os Dalai Lamas e outras figuras importantes do lamaísmo como seus gurus. Então é difícil definir quem prestava homenagem e quem se submetia a quem, porém é importante destacar que havia o costume chinês de pagar tributos, em forma de objetos sagrados para o budismo, aos Lamas. A terceira característica do conceito também não se mostra adequada ao caso sino-tibetano, pois eram os chineses que forneciam soldados em situações de guerra e emergência. Por fim, não havia um subsídio concedido por chineses para os tibetanos, exceto os supracitados objetos sagrados.

Todavia, dentro de uma perspectiva ocidental, ainda episteme própria das Relações Internacionais, optou-se pelos vocábulos “vassalo” e “suserano” para que sejam realizadas analogias à situação de dependência entre Estados de poder desigual, ou seja, entre a China, como poder superior (o suserano), e o Tibete, como dependente (o vassalo).

Como afirma Elliot Sperling (2004), durante todas as dinastias há registros geográficos de suas posses e o Tibete não é encontrado no Estado chinês dos Yuan (p. 24). Além disso, percebem-se lacunas no poderio chinês que também estava submetido aos mongóis. Logo, havia subordinação e dependência, mas também reciprocidade. Os tibetanos continuavam a viver de acordo com suas tradições e apoiavam o sistema mongol.

Entretanto, no século XIV, em 1350, Jangchup Gyaltsen, fundador da dinastia Phagmodrupa tibetana, iniciou uma campanha militar com vistas a retornar ao antigo Estado do Tibete que fora unificado por Sogtsen Gampo. Deflagrado o golpe em 1358, Gyaltsen assumiu o cargo que seria hoje conhecido como o de Primeiro-Ministro, impôs reformas

estatais no âmbito da produção agrícola, da infraestrutura e da política, ao abolir todas as leis previamente implantadas pelo Império Mongol. Romperam-se assim – anteriormente ao rompimento sino-mongol – as relações mongol-tibetanas.

Apenas alguns anos depois (cerca de duas décadas) os mongóis foram também retirados do comando chinês. Em 1368 ascendeu, na China, a dinastia Ming⁴, que tinha como principal intuito a regressão aos valores chineses tradicionais. Ao tratar-se desta dinastia, deve-se levar em conta, em um primeiro momento, a personalidade de seu líder inicial, o imperador Hongwu, que acabou por dar as bases da política administrativa interna e externa dos Ming. Nota-se, com ele, a instituição da capital em Nanquim, local este que facilitava o escoamento da produção e um distanciamento seguro dos mongóis. Logo, buscavam-se, primordialmente, o desenvolvimento (também ressaltado com a reforma agrária) e a grande preocupação com a segurança. Tal preocupação se mostrou exageradamente elevada a ponto de haver constantes massacres e punições humilhantes a todos aqueles que eram considerados suspeitos de conspiração contra o trono.

Com Yongle, que reinou de 1403 a 1424, houve a transferência da capital para Beijing, onde seu poder conseguiria ser exercido de maneira mais intensa e também de maneira a facilitar o controle e vigilância sobre os mongóis. Entretanto, devido à sua localização, a nova capital dificultava o escoamento da produção e, para isso, foram empreendidas grandes reformas na infraestrutura para que as necessidades se ajustassem à realidade vigente. Ademais, teve continuidade a política de proteção fronteiriça e, permaneceu a busca pela expansão marítima com as navegações de Zheng He – com o tempo sua manutenção onerosa fez com que os Ming optassem pelo encerramento das navegações e o investimento direcionado com maior vigor às fronteiras.

Em comparação às relações sino-tibetanas durante a dinastia Yuan, o contato entre os tibetanos e os Ming foi mais tênue. Mantiveram-se relações tributárias comerciais (tribute-cum-trade), entretanto, internamente, o Tibete era governado por Lamas e chefes nativos.

Há críticas ao que seria a afirmação constante dos Ming de continuação dos moldes instituídos pelos Yuan no que tange ao contato com (ou controle sobre) o Tibete, uma vez que tal afirmação se basearia na criação de cargos oficiais para chineses em território tibetano e, concomitantemente, no reconhecimento chinês dos Lamas por meio de títulos. A contradição

⁴ “[...] there is no formal act or incident that appended Tibet to the Chinese portion of the empire. And, when the Yuan collapsed and the Ming wrote the previous dynasty’s history, the official geographical description of the Yuan naturally omitted Tibet as Chinese territory” (SPERLING, 2004, p. 25).

reside no fato de que cargos não coincidiam com e nem ao menos eram incluídos no sistema político Tibetano. Além disso, o suposto prestígio instituído com os títulos dados inexistia, visto que os Lamas já possuíam aceitação interna suficiente. Acresce-se a ideia de que o interesse de reconhecimento dos Lamas tibetanos pelos Ming decorria da necessidade de gerenciar as ameaças das tribos mongóis. Adotaram-se, portanto, medidas preventivas de segurança, mas que na prática, não possuíam efetividade alguma. (TOPGYAL, 2011, p. 92).

Em fins do século XVII, a dinastia Ming entrou em processo de deterioração. Uma das grandes causas de sua perda de poder foi a administração dos eunucos que era regada à corrupção e à negligência, não apenas sua, mas também de imperadores como Wan li, que se dedicavam apenas à arte e ao luxo e deixavam que os eunucos lidassem com todas as carências governamentais.

Concomitantemente, em 1644 começou a busca Manchu de expansão de posses e poder. Desta maneira, num período de 30 anos, o Ming se viram desmoralizados com a perda de seu *status* dominante. Os manchus, por meio de seus líderes que sucederam no poder, Nurgaci, Abahai e Dorgon, buscaram fortalecer-se internamente nos âmbitos militar, político e administrativo (verdadeira fusão do *wen* e do *wu*) para depois empreenderem a conquista do território em posse dos Ming. Inicialmente “Jin tardia” e, posteriormente, dinastia Qing Pura, ao conseguir penetrar a muralha Ming, não teve muitas dificuldades em ali firmar suas bases – em 1644 Beijing foi tomada.

Destaca-se uma política pragmática de manutenção do poder, haja vista que os Qing mantinham-se a uma distância na qual podiam conhecer os costumes e moldes administrativos chineses e utilizá-los à sua maneira, mas, ao mesmo tempo, não eram submetidos e não eram absorvidos culturalmente. Era mantida a política de pureza racial, entretanto, não se buscava, de acordo com Goldman e Fairbank (2006), o empreendimento de revoluções sociais, mas “apenas” a aceitação de sua soberania.

The Manchu (Qing) expansion in East Asia from the mid-seventeenth to late eighteenth centuries was arguably the last pre-modern empire. The Manchus penetrated conquered areas more deeply than did modern colonialists because of more robust historical and cultural ties between core and conquered areas. (SAUTMAN, 2006, p. 6-7).

É interessante ressaltar que os manchus se organizavam sob bandeiras que, de acordo com Goldman e Fairbank (2006) eram territórios comandados por chineses ou mongóis que se

submetiam. Não era um sistema de ligação paternal (como ocorrera na China), senão uma espécie de vassalagem que reforçava a ligação com a corte. Destaca-se, nesse ínterim, o governo dual, no qual os Qing (manchu) e Ming (chineses) coexistiam – com os manchus em nível hierárquico superior – ou seja, cargos administrativos em diversas regiões eram ocupados por um manchu e um chinês. Esta espécie de submissão não abusiva talvez tenha sido a responsável pela permanência considerável dos Qing no poder. Obviamente, houve revoltas internas como, por exemplo, a do Lótus Branco (1796-1804) na qual, de maneira pontual, buscou-se, por parte dos camponeses, a restauração Ming, vista como mais interessante às suas necessidades. No entanto, é notável que esta (e muitas outras) foi sufocada – não apenas por manchus, mas também por colaboradores Han.

[...]early Qing- Tibetan relations resembled the symbiotic arrangement characteristic of Yuan-Tibetan relations, while the late Qing policies became more politically integrationist and culturally assimilationist, provoking violent Tibetan resistance and nationalism, in both Lhasa and eastern Tibet (TOPGYAL, 2011, p. 93).

Os vínculos manchu-tibetanos precederam a era Qing, uma vez que Nurgaci e Abahai já eram convertidos ao budismo tibetano e haviam adotado relação *priest-patron* desde antes. O quinto Dalai Lama tibetano buscou, com a instauração da dinastia Qing, manter as relações pacíficas e chegou até mesmo a visitar a corte em 1652. Com o decorrer do século XVII foi notável a constante interferência Manchu de modo a rearranjar desavenças entre vários grupos da região para colocar o Tibete sob sua esfera de influência.

Com a morte do sexto Dalai Lama, houve o que Topgyal (2011) chama de interregno, que os Qing aproveitaram para preencher a lacuna e estabelecer o sétimo Dalai sob seus moldes (em 1720). Em 1725, houve intervenções de caráter militar e administrativo no Tibete, decorrentes de levantes contrários à subordinação aos Manchu. Já por volta de 1728, os denominados *amban* – representantes Qing – foram designados a exercer seu ofício em solo tibetano e ali permaneceram até o início do século XX. Seu poder era tão grande que, de acordo com documentações chinesas, podia ser equiparado ao atribuído ao Dalai. (TOPGYAL, 2011, p. 93)

O território tibetano foi de extrema relevância aos Qing, uma vez que estes buscaram expandir-se e ao mesmo tempo controlar os povos da Ásia Interior; e aqueles mantinham relações estreitas com os mongóis em decorrência da “seita religiosa do lamaísmo do chapéu

amarelo, que prestava obediência ao Dalai Lama em Lhasa.” (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006, p. 152).

Extremamente importante também foi, durante a década de 1790, a chamada Guerra de Gurkha (cidade nepalesa). Resumidamente, houve a invasão tibetana (1792 -1794) neste território e os Qing permaneceram como força de suporte. A intervenção Qing é apontada por Sperling (2004) como uma maneira de submissão do Tibete muito maior do que aquela que ocorreu no período Yuan e que é correntemente defendida. Com o fim da Guerra, os Qing mantiveram o controle na região. O poder dos *ambans* foi fortalecido e as necessidades internas do Tibete deveriam ser repassadas a eles e só depois chegariam ao poder central Qing. Uma das medidas impostas com o fim da *tibeto-nepalesa war* foi a Urna de Ouro, na qual líderes como Dalai Lama e Pachen Lama deveriam ser escolhidos por meio de sorteio, porém o sistema não foi difundido, por não seguir as regras originais de sucessão. Apesar da afirmação de submissão tibetana à China muito maior do que durante a Yuan, nota-se que ainda permaneciam várias lacunas que, com a virada do século XIX para o século XX, foram ampliadas com a deterioração Qing.

A partir da segunda metade do século XVII e início do século XVIII os Qing já começaram a assistir sua decadência a partir de problemas internos – superpopulação e consequente declínio da agricultura; má administração; baixa industrialização por falta de incentivos de forças conservadoras governamentais – e externos – chegada de ocidentais, principalmente da Inglaterra, com a tentativa inicial e posterior imposição de adoção de moldes fortemente opostos aos seguidos até então.

As Companhias das Índias Orientais Britânicas e Holandesas já mantinham contatos com a China por meio dos portos de Xiamen e, posteriormente, de Cantão, mas somente em 1793 foi realizado um pedido formal de estabelecimento de relações diplomáticas por meio da proposta da instalação de uma missão diplomática em Beijing. Tal pedido foi recusado. Em 1833 houve outra tentativa de estabelecer um “convite à China para unir-se ao mundo moderno em nascimento”. (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006, p 88). Esta também foi repelida.

As missões jesuítas, a introdução aos ensinamentos ocidentais, o comércio de ópio que viciou a população e o estabelecimento de entrepostos estrangeiros são considerados a pedra de toque para mudanças profundas no até então considerado esplendor Qing. Apesar de forças conservadoras internas tentarem impedir as turbulências oriundas da desmoralização estatal e governamental, da pressão populacional e da falta de recursos, a China se viu impedida de

declarar afrontas ao exterior e acabou por aderir tratados impostos pela Inglaterra – que ao lado de outras potências como França, Japão e Alemanha buscavam suprir todas as demandas da revolução industrial – estes, apesar de pregarem a relação paritária entre entes soberanos –, desfavoreciam em grande nível a economia e o Estado Chinês.

Além disso, os tratados de Nanquim (1842) e Kokand (1868), da segunda metade do século XIX, oriundos das Guerras chinesas contra o ópio, firmam as bases do ocidente em território chinês, visto que são concedidas possibilidades de estabelecimento de centros comerciais britânicos, com direito à extraterritorialidade, abertura dos portos e a famosa cessão de Hong Kong também em 1842.

Nos anos 1860, houve a denominada restauração Qing na qual se reformou a estrutura política e foram mudadas as lideranças, agora sob a imperatriz manchu Cixi, o príncipe Cong e o conselheiro Wenxing. Foi desta maneira que se conseguiu não apenas reprimir as rebeliões que balançavam suas estruturas, mas também resistir às pressões externas. “A restauração perdeu vitalidade depois de 1870 [...] seus líderes reviviam de modo consciente o passado em vez de enfrentar de modo criativo o novo futuro da China.” (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006, p. 202- 204)

Tal modo “criativo” de transformação foi adotado quando se percebeu a possibilidade de modernização a partir de um poder centralizado. Entretanto, a maioria dos governadores das principais províncias já tinha desenvolvido uma política relativamente autônoma em relação ao poder imperial – nos âmbitos do comércio, de empréstimos e de investimentos. No início do século XX foram vistas manifestações contra a tradição chinesa: Surgia uma mídia mais atraente e a introdução aos estudos do ocidente incentivava críticas cada vez mais fortes ao governo vigente. Quiçá a causa da queda do império Qing tenha sido sua forte centralização e a recusa ferrenha de se abrir a novos moldes, o que acarretou em uma abertura tardia, sob o *bel prazer* das potências europeias e que impulsionou a deserção das províncias, a partir de então declaradas independentes do império Qing.

Partindo das ideias de Sautman (2006), Sperling (2004) e Topgyal (2011), o *status* tibetano é um assunto gerador de polêmicas não apenas entre a China e o Tibete, mas também entre as potências coloniais que em algum momento tiveram contato com a questão. As autoridades britânicas que comandavam a Índia, território intimamente ligado (por questões fronteiriças), viam no Tibete uma região dominada de maneira vaga. Fraqueza estatal em ambos os lados, suserania, vassalagem e interesses mútuos talvez sejam os melhores termos

para definir as conturbadas relações que formularam o dilema de segurança sino-tibetano até 1911.

2 O STATUS TIBETANO AO LONGO DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A partir do levantamento histórico sobre as relações sino-tibetanas, desde o seu início, partir-se-á para as conturbadas relações sino-tibetanas no século XX, que são base para as tensões ainda hoje.

O ponto de partida para os conflitos no século XX se deu em dezembro de 1903, com a invasão das forças britânicas da Índia sobre o Tibete. A motivação para esta invasão se deu a partir de um cálculo geopolítico para conter o avanço russo sobre a região. Isso porque, apesar de várias tentativas, nenhum governo europeu, exceto o russo, havia, até então, conseguido estabelecer relações com o Tibete (LANDON, 1905). É vital notar que ter relações com a China não era o mesmo que ter relações com o Tibete e que os europeus já reconheciam a limitação da "soberania" chinesa sobre a região:

The American Government, on three occasions, has sent in a request to the Chinese that he should be permitted to make the journey [para estabelecer relações diplomáticas com o Tibete], and that the Tibetan authorities should be compelled to receive him. The first promise was readily granted; the second, that which presupposed a real suzerainty over the Tibetans, they were frankly unable to make (LANDON, 1905, p. 19, grifo nosso).

Sendo assim, o propósito desta invasão foi o de estabelecer relações diplomáticas com o Tibete, conquistar o mesmo tratamento recebido pelos russos e dar um fim às reivindicações tibetanas sobre o território Skkim, parte da Índia então colônia britânica (LANDON, 1905). O resultado desta ocupação militar foi a "Convenção entre Grã-Bretanha e Tibete" em 1904, cujo principal artigo é a proibição do Tibete estabelecer relações com qualquer outra força soberana, visando a contenção do avanço russo sobre a Ásia Central (LANDON, 1905). Portanto, o Tibete foi transformado, efetivamente, em um protetorado britânico, violando a soberania chinesa.

Porém, este acordo foi revisado, entre britânicos e chineses, na Convenção Anglo-Chinesa em 1906. Nesta convenção a Grã-Bretanha concordou em abrir mão dos territórios tibetanos e não interferir na administração do Tibete, em troca de um pagamento da corte

Qing; os chineses, por sua vez, declaram que não permitiriam quaisquer intervenções nos assuntos internos do Tibete por qualquer força estrangeira, assegurando o ganho geopolítico que os britânicos visavam (LANDON, 1905).

Em 1910, a dinastia Qing enviou uma expedição militar para reassumir o controle da região. A expedição obteve sucesso em seu objetivo militar; expulsou o 13º Dalai Lama, Thubten Gyatso, que fugiu para a Índia; retirou seus títulos, através de um edital imperial; mas, a ocupação não foi considerada legítima pela população local.

O cenário só se modificou durante a Revolução Xinhai, em 1911, a derradeira rebelião que conseguiu derrubar a dinastia Qing e instaurar a República Chinesa. Diante das frágeis forças da dinastia Qing, a milícia tibetana derrotou as tropas Qing, que garantiam o domínio chinês sob o Tibete, e forçaram a assinatura do "Agreement Between the Chinese and Tibetans", em 1912, no qual as forças chinesas assumiram sua derrota e retirada. É importante frisar, que o governo chinês negou a validade deste tratado como reconhecimento chinês da independência tibetana por ter sido assinado por oficiais chineses de baixa patente e por estes terem assinado sob coerção (GOLDSTEIN, 1989).

Após o sucesso da Revolução Xinhai, o presidente provisório da China, Yuan Shikai, emitiu um telegrama ao Dalai Lama, que já havia retornado a Lhasa, pedindo desculpas pelas ações dos Qing e restaurando os títulos do líder religioso, visando, claramente, restabelecer a suserania chinesa sobre a região. Contudo, o 13º Dalai Lama recusou os títulos porque ele "intended to exercise both temporal and ecclesiastical rule in Tibet" (GOLDSTEIN, 1997, p. 31). Em 1913, Thubten Gyatso proclamou a independência do Tibete afirmando que as relações entre o Tibete e a China eram uma cooperação "on the basis of benefactor and priest relationship". Assim se deu a independência de *facto* do Tibete.

Em janeiro de 1913, representantes tibetanos e mongóis assinaram o "Treaty of Friendship and Alliance Between the Government of Mongolia and Tibet", no qual ambos se reconheciam como entidades políticas autônomas e soberanas. Este tratado, para as entidades do Governo Central do Tibete e para muitos acadêmicos, celebrou a independência de *jure* do Tibete, porque a Mongólia já havia sido reconhecida pela Rússia, em 1912, porém, é importante destacar que a sua existência só foi confirmada em 1982, que a versão em língua tibetana só foi descoberta em 2007 e que a sua validade ainda é disputada.

Temendo a aproximação russa, em 1914, a Grã-Bretanha promoveu uma série de negociações em Simla, conhecidas como "Convention Between Great Britain, China, and

Tibet, Simla", entre o Tibete, a Grã-Bretanha e a China sobre o *status* do Tibete. A proposta britânica era dividir o Tibete em *Outer* (aproximadamente a mesma área da atual Região Autônoma do Tibete) e *Inner*, aos moldes do acordo chinês com o russos sobre a Mongólia. De acordo com os termos deste acordo, a China deteria a suserania sobre o *Outer* Tibete, não podendo interferir em sua administração, e deteria a soberania do Inner Tibete, no qual Lhasa só poderia influir em questões religiosas. As negociações não avançaram porque os chineses não concordaram com a posição da fronteira entre o *Inner* e o *Outer* Tibete.

Diante disto a diplomacia britânica negociou bilateralmente com Tibete, reconhecendo implicitamente sua capacidade jurídica para celebrar tratados, adicionando uma cláusula que negava à China quaisquer direitos que o tratado concedia caso não o assinasse. Assim, acordou-se o que ficou conhecida como McMahon Line (parte do Acordo de Simla), a fronteira entre a Índia e o Tibete.

Através deste acordo, a Grã-Bretanha aumentou o território da Índia em 9000 quilômetros quadrados, reconheceu a suserania chinesa sobre o Tibete, destacando que os chineses possuíam a soberania sobre o território tibetano, mas que estes deveriam dispor de alta autonomia, e obteve a promessa do governo chinês de que o Tibete não seria transformado em uma província chinesa (GOLDSTEIN, 1989). Analisando as propostas britânicas e o fato de o acordo propor uma solução similar ao acordo sino-russo sobre o *status* da Mongólia, no qual a Mongólia foi transformada efetivamente em um estado-tampão, pôde-se identificar que o interesse britânico no alto grau de autonomia tibetana era puramente pragmático, pois, através da criação do *Outer* Tibete, a Grã-Bretanha evitaria pressões russas e chinesas em seus territórios indianos.

A McMahon Line foi considerada fronteira legal pela Grã-Bretanha e pelo governo independente da Índia, porém, a China nunca a reconheceu como fronteira, por alegar que, além de não ter assinado o tratado, o Tibete não possuía personalidade jurídica internacional para concluir um tratado. A fronteira e o domínio sobre os territórios anexados são, para os chineses, ilegais. Esta disputa sobre a fronteira entre China e Índia persiste até hoje e foi uma das causas para a Guerra Sino-Indiana em 1962.

Após a morte de Yuan Shikai, a China viveu mais de uma década sob grande descentralização e guerras constantes, a denominada “Era dos Senhores da Guerra” (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006). Dividida em facções militares, as relações sino-tibetanas foram mais agressivas com diversos conflitos militares fronteiriços entre o governo de Lhasa

e as facções militares Han (GOLDSTEIN, 1989). Durante este período, a China não mudou a sua posição sobre o status tibetano, ainda afirmando sua soberania sobre o território controlado pelo governo de Lhasa, e o Tibete também não mudou sua posição, afirmando ser detentor legítimo da soberania sobre seu território.

Contraditoriamente, durante este período o governo de Lhasa não tentou realizar reformas com a intenção de modernizar-se e de aumentar seu poderio militar (GOLDSTEIN, 1989), consequência de suas estruturas socio-econômicas feudais. As consequências desta estagnação foram as múltiplas derrotas que o Tibete sofreu ao longo das décadas da “Era dos Senhores da Guerra”. Em 1930, iniciou-se a Guerra Sino-Tibetana, causada pela tentativa tibetana de assumir o controle sobre alguns monastérios no Kham oriental, na província de Xikang e em Yushu, na província de Qinghai. O Tibete perde e, através do cessar-fogo, estabeleceu-se a fronteira no rio Jinsha. Entretanto, a China ainda mantinha a sua posição de detentora da soberania sobre território tibetano.

O cenário reverteu-se radicalmente com o encerramento da Guerra Civil Chinesa (1927-1937; 1946-1949), na qual o Partido Comunista saiu vitorioso. A partir deste ponto, retornou à China a governança centralizada (GOLDMAN; FAIRBANK, 2006), provendo a força necessária para impor sua vontade sobre os tibetanos. A presença do novo governo chinês não demorou a chegar no Tibete. Lhasa enviou missões diplomáticas para negociar com o novo governo chinês com a intenção de preservar a integridade do território tibetano. Os termos propostos pelo governo chinês definiriam a China como soberana do território tibetano, mas garantiam um considerável grau de autonomia ao governo de Lhasa. O chefe da missão tibetana, Tsepon W. D. Shakabpa, recusou os termos afirmando que

Tibet will remain independent as it is at present, and we will continue to have very close 'priest-patron' relations with China. Also, there is no need to liberate Tibet from imperialism, since there are no British, American or Guomindang imperialists in Tibet, and Tibet is ruled and protected by the Dalai Lama (not any foreign power) (GOLDSTEIN, 2009, p. 46).

Após meses de negociações falhas o governo chinês decidiu realizar, em 1950, uma manobra militar, que ficou conhecida como a Batalha de Chamdo, sobre o Tibete com a intenção de capturar o exército tibetano, assim forçando um acordo nos termos propostos pela China, a operação obteve sucesso em seus objetivos. Os soldados tibetanos tiveram seus armamentos confiscados e foram feitos prisioneiros pelo exército chinês que, após dar-lhes

aulas sobre socialismo e uma pequena quantidade de dinheiro, lhes permitiram retornar às suas casas. O Exército de Libertação Popular (ELP), de acordo com Tenzin Gyatso (o 14º Dalai Lama), não atacou civis e não cometeu excessos, no geral (LAIRD, 2007).

A posição oficial da Grã-Bretanha não modificou-se diante da futura investida chinesa sobre o Tibete, o governo britânico "have always been prepared to recognise Chinese suzerainty over Tibet, but only on the understanding that Tibet is regarded as autonomous"⁵. Notou-se, novamente, que o interesse britânico estava, aparentemente, na preservação de um alto grau de autonomia do Tibete sem contestar o *status* nominal da suserania chinesa. Ou seja, procuraram preservar suas áreas tradicionais de influência, agora, também das pressões chinesas.

Após a derrota tibetana na Batalha de Chamdo, o ELP libertou prisioneiros e os enviou a Lhasa para expor as garantias chinesas (preservação dos títulos da elite local) em caso de um acordo pacífico. Lhasa enviou uma missão diplomática para negociar com o governo chinês em Beijing. Também é interessante destacar que El Salvador patrocinou uma reclamação na Organização das Nações Unidas em nome do Tibete, mas a Índia e o Reino Unido impediram que o assunto entrasse em discussão (ARPI, 2008).

Ao chegar em Beijing, os negociadores tibetanos foram apresentados a um documento concluído, o "Seventeen Point Agreement", no qual, supostamente, não puderam fazer quaisquer alterações, não puderam consultar Lhasa e foram forçados a assiná-lo sob ameaças físicas (POWERS, 2004). Apesar disto, até hoje a "Central Tibetan Administration" nega a validade do tratado, com base nos argumentos citados, conforme o próprio Dalai Lama afirmou em sua autobiografia

[...] it was absurd to refer to the terms of the Seventeen-Point Agreement. Our people did not accept the agreement and the Chinese themselves had repeatedly broken the terms of it. Their army was still in occupation of eastern Tibet; the area had not been returned to the government of Tibet, as it should have been (LAMA, 1992, p. 95).

Contudo, conforme a pesquisa do especialista no Tibete, Melvyn Goldstein (2007), que procurou assumir uma posição mais objetiva a respeito das tensões, após ter entrevistado três representantes tibetanos que estiveram presentes na negociação do tratado

⁵ Texto retirado de uma discussão da Câmara dos Comuns em 1950, o endereço virtual da transcrição desta discussão está nas referências.

Their feeling of duress derives from the general Chinese threat to use military force again in Central Tibet if an agreement was not concluded. However, according to international law, this does not invalidate an agreement. So long as there is no physical violence against the signatories, an agreement is valid. However, the validity of the agreement is premised on the signatories' full authority to finalize an agreement, and this, as we saw was clearly not the case. So in this sense, the Dalai Lama actually had grounds to disavow it (GOLDSTEIN, 2007, p. 107).

Além disto complicações legais e diversas contradições contidas no corpo do texto foram identificadas (KUZMIN, 2011), possibilitando a invalidade do texto, porém, a despeito de tudo, é um fato que o 14º Dalai Lama reconheceu o tratado oficialmente em 1951 (GOLDSTEIN, 1997), reconhecimento que foi retirado em várias ocasiões posteriores, possibilitando a entrada pacífica do ELP em Lhasa.

O governo tibetano manteve um grau de autonomia por anos, mas, conflitos se reiniciaram entre a milícia tibetana e o ELP quando o governo chinês começou a implementar a reforma agrária em áreas habitadas por tibetanos que estavam dentro do seu controle administrativo (GOLDSTEIN, 1997). Quando a luta se expandiu até Lhasa, o 14º Dalai Lama fugiu para a Índia. A "Central Tibetan Administration", o governo tibetano no exílio, e o governo chinês rejeitaram o "Seventeen Point Agreement" e assim o Tibete passou a ser alvo das reformas sociais e agrárias do governo socialista chinês sob intensa repressão do ELP, resultando na morte de, no mínimo, duzentos mil tibetanos. Este é o marco sangrento do fim do feudalismo no Tibete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das relações sino-tibetanas, desde o século VII até meados do século XX, com a independência e a posterior reanexação do Tibete pela China, pode-se verificar, por meio das bases bibliográficas, que as relações sino-tibetanas passaram por processos de transformação graduais durante os vários séculos de contato: começaram como relações de igualdade, por meio de casamentos e tratados; passaram para a subordinação *priest-patron*, com a dinastia Yuan; os vínculos se enfraquecem com a dinastia Ming; o controle efetivo sobre o Tibete foi garantido, mas é a etnia Manchu que o conquista; os tibetanos declararam sua independência e entraram em conflito com facções chinesas para

expandir seu território, sem sucesso; e, por fim, foi reanexado pelo Partido Comunista Chinês, de maioria Han.

Portanto, durante o século XX, o governo de Lhasa foi soberano no Tibete por, aproximadamente, 40 anos, ao obter reconhecimento internacional de sua independência da Mongólia e, por conseguinte, da Rússia. Porém, a posição da China durante todo este período foi imutável: atestava ser soberana dos territórios controlados por Lhasa, mas admitia um grau de autonomia a Lhasa, como fica evidenciado pela negociação em Simla. A posição britânica, também, não modificou-se: reconhecia a suserania chinesa sobre o Tibete, pelos motivos geopolíticos explicados ao longo deste ensaio, defendendo um alto grau de autonomia para o governo de Lhasa.

Com a ascensão do governo socialista o cenário modificou-se, a China assumiu o controle do Tibete de maneira relativamente pacífica, institucionalizado por meio do "Seventeen Point Agreement", e garantindo um alto grau de autonomia para o governo de Lhasa, em confluência com o histórico das relações sino-tibetanas. Porém, o território sob o controle de Lhasa não era compatível com o território habitado pela etnia tibetana, razão para os conflitos civis da década de 1950.

Desta maneira, a partir deste estudo histórico das relações sino-tibetanas, desde a unificação tibetana à anexação de seu território pela República Popular da China, percebe-se que o governo tibetano não teve poder o suficiente para estabelecer relações de igualdade política com a China, mas, também, não era fraco o suficiente para que a China exercesse soberania efetiva. Uma relação de vassalagem – hipótese implicitamente endossada pelo governo tibetano no exílio quando este abandona teses de independência e busca maior autonomia para a região – seria a melhor descrição para o status tibetano, em que os conflitos se deram, e se dão, em volta do grau de autonomia a ser concedido ao Tibete.

REFERÊNCIAS

Agreement Between the Chinese and Tibetans, 1912. Disponível em:
<<http://www.tibetjustice.org/materials/china/china1.html>>. Acesso em 15 Maio 2013.

ARPI, C. **Tibet: The Lost Frontier.** Atlanta: Lancer Publishers, 2008.

A survey on tibetan history. Disponível em:
<<http://www.berzinarchives.com/web/en/archives/e->

books/unpublished_manuscripts/survey_tibetan_history/chapter_4.html> Acesso em 02 Abril 2013.

CIA. **The world factbook**. Disponível em : < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>> [Acesso em 13 Maio 2013](#)

Convention Between Great Britain, China, and Tibet, Simla, 1914. Disponível em: <<http://www.tibetjustice.org/materials/treaties/treaties16.html>>. Acesso em 15 Maio 2013.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

GOLDSTEIN, M. C. **The Snow Lion and the Dragon: China, Tibet, and the Dalai Lama**. Berkley: University of California Press, 1997.

_____. **A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State**. Berkley: University of California Press, 1989.

_____. **A History of Modern Tibet: The Calm Before the Storm: 1951-1955**. Califórnia: University of California Press, 2009, Vol.2

HESSLER, P. **Tibet through chinese eyes**. 1999. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/>> Acesso em: 15 Abr. 2013

LAIRD, T. **The Story of Tibet: Conversations with the Dalai Lama**. Grove Press, 2007.

LAMA, D. **Proclamation Issued by His Holiness the Dalai Lama XIII, 1913**. Disponível em: <<http://www.tibetjustice.org/materials/tibet/tibet1.html>>. Acesso em 15 Maio 2013.

LANDON, P. **The Opening of Tibet Doubleday**. New York: Page & Co., 1905.

KUZMIN, S. L. **The Treaty of 1913 between Mongolia and Tibet: new data**. - Oriens (Moscow, Russian Academy of Sciences), 2011. Vol.4.

_____. **Hidden Tibet: History of Independence and Occupation**. Dharamsala: LTWA, 2011.

MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL. **World Directory of Minorities and Indigenous Peoples - China: Tibetans**. 2008. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/49749d3dc.html>>. Acesso em 20 julho 2014.

NORBU, D. **China's Tibet Policy**. Routledge, 2001.

POWERS, J. **History as Propaganda: Tibetan Exiles versus the People's Republic of China**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SAUTMAN, B. **Colonialism, genocide, and Tibet**. London: Routledge, Outubro de 2006: Asian Ethnicity, Vol. 7. Disponível em: <<http://www.tilj.org/content/journal/38/num2/Sautman173.pdf>> Acesso em 15 Fev. 2013

SPERLING, E. **The Tibet-China Conflict: History and Polemics.** East-West Center: Washington, 2006. Disponível em:
<<http://www.eastwestcenter.org/fileadmin/stored/pdfs/PS007.pdf>> Acesso em 15 Fev. 2013.

STWEART, G. **Journeys to Empire. Enlightenment, Imperialism, and the British Encounter with Tibet 1774 – 1904.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Tibet (Autonomy). 1950. Disponível em:
<http://hansard.millbanksystems.com/commons/1950/jun/21/tibet-autonomy#S5CV0476P0_19500621_HOC_70>. Acesso em 15 de julho 2014.

TIBET FACTS - **Major allegations:** key facts on the chinese occupation. Disponível em:
<<http://tibet.dharmakara.net/TIBETFAC.PDF>> Acesso em 20 Fev. 2013

TOPGYAL, T. **The insecurity dilemma and the Sino-Tibetan Conflict.** London School of Economics and political science, 2011. Disponível em:
<http://etheses.lse.ac.uk/237/1/Topgyal_The_Insecurity_Dilemma_and_the_Sino-Tibetan_Conflict.pdf> Acesso em 10 Mar. 2013.

Treaty of Friendship and Alliance Between the Government of Mongolia and Tibet, 1913. Disponível em: < <http://www.tibetjustice.org/materials/treaties/treaties14.html>>.
Acesso em 15 Maio 2013.